

Resumo

As tendências educativas e aspectos legais da supervisão presentes nos termos de visita da diretoria de ensino de Itapetininga: 1960 a 2000

CHICHAVEKE, E. *As tendências educativas e aspectos legais da supervisão presentes nos Termos de Visita da Diretoria de Ensino de Itapetininga: 1960 a 2000*. Dissertação (Mestrado em Educação). 2015. 261p. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, 2015. Orientador: Prof. Dr. Marcos Francisco Martins.

*Ester Chichaveke**

Esta pesquisa objetivou investigar a presença das tendências educativas e efeitos das legislações federal e estadual que permearam a atuação da supervisão de ensino da Diretoria de Ensino - Região de Itapetininga entre os anos de 1960 a 2000. Esses elementos foram cotejados com a prática supervisora, mediante os resultados da análise dos registros dos Termos de Visita, lavrados em livros específicos¹ pelos próprios supervisores, por ocasião das periódicas visitas às unidades escolares. A definição do recorte cronológico da pesquisa (as três últimas décadas do século XX) foi ratificada, prioritariamente, por ocasião da disponibilidade das fontes primárias, encontradas e recolhidas dos arquivos de três unidades escolares vinculadas à Diretoria de Ensino da Região de Itapetininga.

Após demarcá-lo, associamo-lo aos marcos legais e acontecimentos no campo da história da educação brasileira que contribuíram, extensivamente, para a caracterização do estilo e da trajetória da inspeção/supervisão de ensino: a LDB 4024 de 1961, as leis federais 5540/1968 e 5692/1971, o Parecer do CFE 252/69, o Estatuto do Magistério Paulista disposto na LC 114/1974, a reestruturação da SEESP pelo decreto 7510/76, a LC 201/1978, a LDBEN de 1996, dentre outros textos normativos concomitantes às tendências educativas presentes nessas décadas.

Para desenvolver a pesquisa, preconizamos problematizar “como as tendências educativas e as premissas legais apareceram na prática da supervisão da Diretoria de Ensino de Itapetininga, tendo em vista as revelações dispostas nos registros dos Termos de Visita, durante os anos de 1960 a 2000”, sendo estes escolhidos como fontes primárias pelas quais buscamos recuperar e compreender o perfil da ação supervisora e a correspondente repercussão em âmbito escolar.

Empregamos como método de investigação a revisão bibliográfica, que subsidiou as discussões que perpassaram pela trajetória, limites e perspectivas da ação supervisora

* Mestra em Educação pela UFSCAR/Campus Sorocaba. Supervisora de Ensino da Rede Estadual de São Paulo. E-mail: chichaveke@hotmail.com.

¹ Foram utilizados seis (6) Livros de Termos de Visita ao longo de 1960 a 2000, correspondentes a três (3) unidades escolares pertencentes à abrangência territorial da Diretoria de Ensino – Região de Itapetininga/SP.

à luz das tendências educativas que a influenciaram e dos dispositivos legais que a promoveram, além da pesquisa documental, que focalizou a análise dos Termos de Visita como repositórios das vivências e atuações supervisoras. Após definirmos os procedimentos que nos levassem a esclarecer a problemática motivadora da investigação delineamos a estrutura do texto dissertativo e a forma de exposição, assim estabelecidos: no primeiro capítulo abordamos o itinerário metodológico conducente as possíveis elucidações voltadas à questão orientadora da pesquisa.

Discutimos no segundo capítulo as premissas normativas que determinaram o serviço de inspeção/supervisão de ensino, além das transformações ocorridas no interior dessa função no período de 1960 a 2000. Concomitantemente a esse movimento, analisamos as possíveis repercussões das principais legislações educacionais na atuação desses agentes no interior do campo educativo. Foram articulados, no terceiro capítulo, os principais pressupostos e fundamentos das prevacentes tendências educativas no cenário brasileiro: as não-críticas (tradicional, renovada e tecnicista) e as críticas (libertadora e histórico-crítica), visando a investigar as possíveis ressonâncias e perspectivas dessas para a ação supervisora.

Esse construto tornou-se imprescindível para atingirmos os objetivos propostos para o capítulo subsequente. No quarto capítulo nos dedicamos a analisar criticamente os Termos de Visita lavrados pela supervisão de ensino da Diretoria de Ensino de Itapetininga, entre os anos de 1960 a 2000, buscando deles captar as possíveis ressonâncias das normas legais e das tendências educativas na atuação dos supervisores.

Nas considerações finais tecemos conclusões e possíveis construções argumentativas condizentes à questão mobilizadora da pesquisa, das quais podemos antecipar: a supervisão de ensino constituiu-se e foi promovida no bojo dos dispositivos legais que a determinaram e a caracterizaram, de modo que os constitutivos legais subsidiaram e definiram, fundamentalmente, os estilos e atuações supervisivas, delimitando competências, atribuições e incumbências que deveriam ser cumpridas diante das obrigações regulamentadas; as tendências educativas estudadas se fizeram presentes nos Termos de Visita durante as quatro décadas da pesquisa - umas prevacentes, outras mais esparsas; os registros demonstraram que as premissas das abordagens não-críticas – prioritariamente, a tradicional e a tecnicista - prevaleceram no serviço de supervisão ao longo das quatro décadas pesquisadas.

Palavras-chave: Supervisão de ensino. Termos de visita. Legislação educacional. Tendências educativas.

Recebido em: 02/07/2015

Aceito em: 04/10/2015